

ERNESTO JOSÉ TONIOLO

Procurador do Estado do Rio Grande do Sul

Mestre em Direito pela UFRGS

Professor da Escola Superior do Ministério Público – ESMP

Professor da Escola Superior de Advocacia Pública – ESAPERGS

Professor do Curso de Especialização em Direito do Estado

da Faculdade de Direito da UNIRITTER

*Professor convidado do curso de Especialização em Processo
e Constituição da UFRGS*

*Professor convidado do curso de Especialização
em Processo Civil da PUCRS*



A PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE NA EXECUÇÃO FISCAL

EDITORA LUMEN JURIS

Rio de Janeiro

2007

Sumário

Prefácio	xiii
Introdução	1
1. Do objeto da presente dissertação	1
2. Do Processo de Execução Fiscal	2
3. Da natureza dos créditos inscritos em dívida ativa e a sua sujeição à execução fiscal e à prescrição intercorrente	5
4. Da estrutura da dissertação e da relação entre os temas abordados.....	8
5. O problema da intercorrência e da execução fiscal..	9

PARTE I

A PRESCRIÇÃO DO CRÉDITO FISCAL E SEUS FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS

Capítulo 1 – Conceito de Prescrição	15
1.1. A prescrição como extinção da ação	18
1.2. Da extinção da pretensão como resultado da prescrição, segundo o novo Código Civil brasileiro	25
1.3. Teoria da prescrição como exceção de Direito Material – encobrimento da eficácia da pretensão.....	32
1.4. Aplicação da teoria da prescrição como exceção de Direito Material aos créditos sujeitos à execução fiscal .	34
1.5. Da prescrição como instituto delineado pelo Direito Positivo – opção do legislador	37
1.6. Da prescrição do crédito tributário	42
1.7. Dimensão normativa da prescrição do crédito tributário – reserva constitucional de Lei Complementar (art. 146, III, “b”, CF).....	47

Capítulo 2 – Os Fundamentos da Prescrição	55
2.1. Transformações do instituto da prescrição pelas reformas legislativas no Brasil – mudança de paradigma valorativo	72
Capítulo 3 – Principais Componentes da Prescrição e a Forte Correlação Existente entre Eles	77
3.1. Da inércia como causa eficiente da prescrição	78
3.2. Da interrupção da prescrição pela execução fiscal...	80
3.3. Interrupção da prescrição pelo ajuizamento da execução fiscal antes da entrada em vigor da LC nº 118/2005	87
3.4. Interrupção da prescrição dos créditos tributários nas execuções fiscais ajuizadas antes da entrada em vigor da LC nº 118/2005, mas cujos créditos não prescreveram até a sua entrada em vigor	93

PARTE II
DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE
NA EXECUÇÃO FISCAL

Capítulo 1 – Da Prescrição Intercorrente na Execução Fiscal e seus Fundamentos.....	101
1.1. Conceito de prescrição intercorrente.....	101
1.2. Das relações entre execução fiscal e prescrição intercorrente.....	103
1.3. Dos fundamentos para a existência da prescrição intercorrente	111
1.4. Da prescrição intercorrente na execução fiscal.....	119
Capítulo 2 – Da Causa Eficiente da Prescrição Intercorrente na Execução Fiscal.....	127
2.1. Da inércia do credor em realizar os ônus decorrentes da execução fiscal como causa eficiente da prescrição	127
2.2. Suspensão do processo por ausência de bens penhoráveis – art. 40 da LEF. Surgimento de uma nova causa eficiente para a prescrição intercorrente	134

Capítulo 3 – Sistemática da Prescrição Intercorrente na Execução Fiscal	141
3.1. Distinção entre as hipóteses de inoccorrência da prescrição intercorrente, em face da ausência de alguns de seus elementos, das razões excludentes decorrentes das causas de suspensão e da interrupção do prazo prescricional	141
3.2. Hipóteses de inoccorrência da prescrição pela ausência de sua causa eficiente	142
3.3. Paralisação do processo decorrente da morosidade do Poder Judiciário	143
3.4. Parcelamento do crédito executado como excludente da prescrição intercorrente	145
3.5. Da prescrição intercorrente e da suspensão do processo pelo art. 40 da LEF	150
3.6. Limites subjetivos e objetivos do afastamento da causa eficiente da prescrição pela oposição de embargos à execução	156
3.7. Dos limites subjetivos da interrupção da prescrição e a intercorrência quanto aos sucessores e responsáveis tributários.....	161
3.8. Do conhecimento de ofício da prescrição intercorrente.....	176
Conclusão	181
Referências Bibliográficas	185